



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2026 (Do Sr Capitão Alden)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca da capacitação de operadores de drones, da aquisição de aeronaves remotamente pilotadas (drones) e das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da capacidade tecnológica dos órgãos de segurança pública no enfrentamento ao crime organizado.

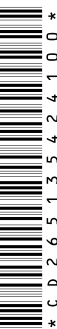
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), para que sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1.Quantos cursos de capacitação para operação de aeronaves remotamente pilotadas (drones) foram promovidos, financiados ou apoiados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, direta ou indiretamente, desde 1º de janeiro de 2023?

2.Em relação a cada curso realizado, informar:

- a) data de realização;
- b) local;
- c) instituição executora;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

- d) carga horária;
- e) conteúdo programático;
- f) custo total.

3.Quantos profissionais das forças de segurança pública foram capacitados nesse período, discriminados por:

- a) Polícia Militar;
- b) Polícia Civil;
- c) Polícia Penal;
- d) Corpo de Bombeiros Militar;
- e) Guardas Municipais;
- f) Polícia Federal;
- g) Polícia Rodoviária Federal;
- h) demais órgãos de segurança pública.

4.Quantos operadores de drones foram certificados para atuação em atividades de segurança pública no mesmo período?

5.Quantas aeronaves remotamente pilotadas (drones) foram adquiridas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública desde 1º de janeiro de 2023?

6.Em relação a cada aquisição, informar:

- a) fabricante;
- b) modelo;
- c) quantidade adquirida;
- d) valor unitário;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

e) valor total da contratação;

f) órgão destinatário;

g) finalidade operacional.

7.Quantos drones foram destinados aos Estados e ao Distrito Federal mediante recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ou de outros programas federais de apoio à segurança pública, especificando os respectivos beneficiários, quantitativos e valores.

8.Existe programa nacional permanente de capacitação de operadores de drones destinado às forças de segurança pública? Em caso afirmativo, informar:

a) cronograma;

b) metas;

c) número de vagas ofertadas;

d) critérios para seleção dos participantes.

9.O Ministério da Justiça e Segurança Pública possui programa específico voltado ao combate ao emprego de drones por organizações criminosas, incluindo tecnologias de detecção, monitoramento ou neutralização (antidrones)? Em caso positivo, informar:

a) recursos empregados;

b) equipamentos adquiridos;

c) unidades beneficiadas;

d) investimentos realizados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Apresentação: 15/07/2026 09:24:25.520 - Mesa

RIC n.2196/2026

10.O Ministério realizou estudos, avaliações de risco ou análises técnicas acerca do eventual recrutamento, por organizações criminosas, de operadores civis capacitados em tecnologias de aeronaves remotamente pilotadas? Em caso positivo, encaminhar cópia ou síntese técnica dos estudos existentes, ressalvadas as informações legalmente sigilosas.

11.Existem protocolos de cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e outros órgãos federais destinados ao monitoramento, detecção ou neutralização de drones empregados pelo crime organizado? Em caso afirmativo, informar quais órgãos participam, o objeto da cooperação e as principais medidas adotadas.

12.Qual é o efetivo atualmente capacitado para operar drones no âmbito das forças federais de segurança pública vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, discriminado por instituição?

13.O Ministério da Justiça e Segurança Pública foi consultado ou participou da elaboração, coordenação ou acompanhamento de programas federais de capacitação de operadores de drones financiados por outros órgãos da Administração Pública Federal? Em caso positivo, informar quais programas e qual foi a participação do Ministério.

14.O Ministério realizou avaliação dos impactos que programas públicos de ampla capacitação de operadores civis de drones podem produzir sobre a segurança pública, especialmente quanto ao eventual aproveitamento desse conhecimento por organizações criminosas? Em caso positivo, encaminhar cópia ou síntese técnica dos estudos realizados.



* C D 2 6 5 1 3 5 4 2 4 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

15.Existem diretrizes, protocolos ou recomendações expedidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca de requisitos mínimos de segurança, rastreabilidade, certificação ou controle para programas públicos de formação de operadores de drones financiados com recursos federais?

Apresentação: 15/07/2026 09:24:25.520 - Mesa

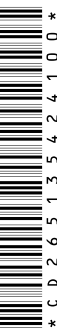
RIC n.2196/2026

JUSTIFICAÇÃO

A utilização de aeronaves remotamente pilotadas (drones) tornou-se ferramenta indispensável para as modernas atividades de segurança pública, permitindo o emprego em ações de inteligência, monitoramento, patrulhamento, busca e salvamento, perícia, controle de fronteiras e apoio às operações policiais.

Entretanto, a mesma tecnologia também vem sendo utilizada por organizações criminosas, que empregam drones para monitorar deslocamentos das forças policiais, vigiar territórios dominados por facções, transportar materiais ilícitos e, em situações amplamente divulgadas pela imprensa, até mesmo lançar artefatos explosivos, demonstrando a crescente sofisticação tecnológica do crime organizado.

Paralelamente, observa-se a expansão da capacitação de operadores de drones no País. Recentemente, foi divulgado que o Governo Federal destinou aproximadamente R\$ 200.000,00 para a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

realização de curso gratuito de formação de pilotos de drones, executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP), voltado à capacitação de moradores de comunidades do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa evidencia que a operação de drones deixou de constituir mera atividade recreativa para tornar-se profissão em expansão e área estratégica para diversas políticas públicas.

Embora iniciativas de qualificação profissional sejam relevantes para ampliar oportunidades de inserção no mercado de trabalho, é igualmente necessário verificar se o Estado brasileiro está promovendo, em igual ou maior medida, investimentos destinados à capacitação das forças de segurança pública, à aquisição de equipamentos modernos e ao desenvolvimento de tecnologias capazes de prevenir, detectar e neutralizar o uso criminoso dessas aeronaves.

Nesse contexto, compete ao Congresso Nacional exercer sua função constitucional de fiscalização, verificando se as políticas públicas conduzidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública acompanham a evolução tecnológica utilizada pelo crime organizado e se os investimentos destinados à segurança pública são suficientes para garantir superioridade operacional das forças policiais.

O presente Requerimento de Informação busca levantar dados objetivos acerca da formação de operadores, da aquisição e distribuição de drones, da existência de programas permanentes de capacitação, da implementação de tecnologias antidrones e da articulação institucional voltada ao enfrentamento do uso criminoso dessas aeronaves.

As informações solicitadas permitirão ao Congresso Nacional avaliar a suficiência das políticas públicas atualmente desenvolvidas,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

identificar eventuais lacunas na atuação estatal e subsidiar futuras iniciativas legislativas destinadas ao fortalecimento da segurança pública.

Trata-se de instrumento de fiscalização parlamentar voltado à obtenção de dados concretos. Caso os números revelem insuficiência na capacitação de operadores, na aquisição de equipamentos ou no desenvolvimento de tecnologias de enfrentamento ao uso criminoso de drones, tais informações servirão de base objetiva para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da legislação pertinente.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **Capitão Alden**

